

**PROCESSO** - A. I. Nº 269140.3004/16-3  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - SEARA ALIMENTOS LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 4ª JJF nº 0006-04/17  
**ORIGEM** - IFEP – DAT/NORTE  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 06/10/2017

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO C.J.F. Nº 0225-11/17**

**EMENTA:** ICMS. LANÇAMENTO DO IMPOSTO. ESTORNO DE DÉBITO EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO. No período abarcado pela ação fiscal, as operações com embutidos gozavam da dispensa do lançamento e pagamento do ICM prevista no art. 271 do RICMS-BA/12, quando se tratassem de saídas internas. Considerando que as operações de saídas relacionadas na autuação eram interestaduais, não havia amparo legal para o estorno efetuado pelo sujeito passivo. Infração caracterizada. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Ofício em relação a Decisão não unânime da 4ª Junta de Julgamento Fiscal que julgou Improcedente o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 29/06/2016, para exigir o imposto e a multa no valor de R\$246.419,45, em razão de o autuado ter realizado “*estorno de débito de ICMS em desacordo com a legislação deste imposto*”, nos meses de agosto a dezembro de 2013.

A 4ª JJF decidiu a lide com base no seguinte voto:

**VOTO VENCEDOR**

*Preliminarmente se faz mister cingir que o escopo da divergência em questão é a interpretação do texto do Art. 271 do RICMS/2012 aprovado pelo Dec. 13.780/2012, vigente no período de 01/08/13 a 30/11/14, no que tange à situação tributária do produto “EMBUTIDOS”. Portanto, quanto a alegação da defesa em que questiona nulidade do feito, acompanho o voto do relator.*

*O objeto do lançamento de ofício encerrado pelo auto de infração em tela foi o estorno de débito fiscal relativo às saídas interestaduais do produto EMBUTIDOS no período de 31/08/2013 a 31/12/2013.*

*A legislação em questão assim dispunha:*

*Art. 271. Fica dispensado o lançamento e o pagamento do imposto referente às saídas efetuadas de estabelecimento abatedor que atenda a legislação sanitária estadual ou federal e as operações internas subsequentes com os produtos comestíveis, inclusive embutidos, resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, equino, caprino, ovino, asinino e muar, bem como o diferido relativo às aquisições dos animais vivos. (Grifamos)*

*Redação originária do § 1º, sendo que o Parágrafo único do art. 271 foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 9 (Decreto nº 14.254 de 28/12/12, DOE de 29 e 30/12/12), mantida sua redação, efeitos de 01/04/12 a 30/11/14:*

*“§ 1º Na saída interestadual dos produtos resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, equino, caprino, ovino, asinino e muar, o estabelecimento abatedor que atenda a legislação sanitária estadual ou federal **emitirá nota fiscal** com destaque do imposto apenas para creditamento do imposto pelo destinatário, **mas sem ônus tributário para o emitente.**” (Grifamos)*

*Interpretando literalmente o caput do Art. 271 verifico que este dispensa do pagamento do ICMS todas as saídas dos produtos que discrimina, sejam internas ou interestaduais, e que entre os produtos que dispensa do pagamento do ICMS, sem restrição quanto a tratar-se de internas ou interestaduais, estão os EMBUTIDOS.*

*Ao interpretar o parágrafo primeiro do Art. 271, verifico que aquele o complementa sem trazer nenhuma restrição expressa ao texto do caput, determinando a forma escritural a ser utilizada pelo contribuinte para*

*fazer jus ao benefício da dispensa do pagamento do ICMS, previsto na regra geral, quando este realizar operações interestaduais, já que o referido benefício também alcança estas operações.*

*Entendo que quaisquer exceções à regra matriz contida no caput de um artigo deve se processar de forma expressa e nunca de forma evasiva ou indireta, como quis a interpretação que culminou com o lançamento de ofício em questão.*

*Assim, da interpretação empreendida no caput do art. 271 do RICMS/12, combinado com o seu parágrafo primeiro, concluo que todas as saídas internas e interestaduais de produtos resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, eqüino, caprino, ovino, asinino e muar, promovidas por estabelecimentos abatedores que atendam a legislação sanitária estadual ou federal, estão dispensados do pagamento do ICMS.*

*Destarte, os EMBUTIDOS, por se enquadrar nesta dispensa, devem observar em suas saídas interestaduais o mesmo tratamento tributário que os demais, visto não haver verificado nenhuma exceção declarada de forma expressa no parágrafo primeiro do art. 271. Pois, não seria crível admitir que uma exceção a regra delineada no caput de um artigo, possa ser deduzida de forma indireta da interpretação de seu respectivo parágrafo.*

*Destarte, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.*

Diante do voto vencedor acima a 4ª JJF recorre de ofício da presente Decisão para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos do art. 169, I, “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

## VOTO

Trata-se de Recurso Ofício interposto em relação à Decisão de piso que julgou Improcedente o Auto de Infração, com exigência do imposto cumulado com multa no valor R\$ 246.419,45.

A JJF decidiu, de forma não unânime, pela Improcedência do Auto de Infração, ao entendimento de que os embutidos enquadram na dispensa do pagamento do ICMS e “*devem observar em suas saídas interestaduais o mesmo tratamento tributário que os demais, visto não haver verificado nenhuma exceção declarada de forma expressa no parágrafo primeiro do art. 271...*” verifico que a JJF também entendeu que “*não seria crível admitir que uma exceção a regra delineada no caput de um artigo, possa ser deduzida de forma indireta da interpretação de seu respectivo parágrafo*”.

Na Decisão recorrida, entendeu a 4ª JJF que autuação não subsiste em razão de estar amparada pelo art. 271 do RICMS-BA/12.

Para meu convencimento, trago a lume questão interpretativa, conforme já exposto na decisão de piso, no que tange ao Art. 271 do RICMS/2012, que consiste no seu bojo da dispensa do lançamento e recolhimento do imposto conforme segue:

**“Art. 271. Fica dispensado o lançamento e o pagamento do imposto referente às saídas efetuadas de estabelecimento abatedor que atenda a legislação sanitária estadual ou federal e as operações internas subsequentes com os produtos comestíveis, inclusive embutidos, resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, equino, caprino, ovino, asinino e muar, bem como o diferido relativo às aquisições dos animais vivos. (Grifamos)”**

*Redação originária do § 1º, sendo que o Parágrafo único do art. 271 foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 9 (Decreto nº 14.254 de 28/12/12, DOE de 29 e 30/12/12), mantida sua redação, efeitos de 01/04/12 a 30/11/14:*

**“§ 1º Na saída interestadual dos produtos resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, equino, caprino, ovino, asinino e muar, o estabelecimento abatedor que atenda a legislação sanitária estadual ou federal emitirá nota fiscal com destaque do imposto apenas para creditamento do imposto pelo destinatário, mas sem ônus tributário para o emitente.” (Grifamos)**

Desta maneira, concluo em consonância com entendimento da 4ª JJF, que os produtos comestíveis, inclusive embutidos, objeto do presente Auto de Infração estão contemplados com a dispensa do lançamento e recolhimento do imposto conforme preconiza a legislação acima, com o alijamento interpretativo já exposto. Consequentemente, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício apresentado, devendo ser mantida inalterada a Decisão recorrida.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e homologar a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269140.3004/16-3**, lavrado contra **SEARA ALIMENTOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de agosto de 2017.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

EDVALDO ALMEIDA DOS SANTOS – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIO - REPR. PGE/PROFIS